

## **TÍTULO I DO OBJETIVO**

**Art. 1º** Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, de forma complementar ao Estatuto Social e em consonância à legislação vigente aplicável.

## **TÍTULO II PRINCÍPIOS PARA ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

**Art. 2º.** São princípios para eleições democráticas:

- I. iguais oportunidades de propaganda para todos os candidatos;
- II. não utilização dos cargos estatutários, bem como de demais entidades ligadas, diretamente ou indiretamente, ao cooperativismo, como instrumento eleitoral;
- III. respeito ao princípio da igualdade e da liberdade cooperativista.

## **TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL**

### **CAPÍTULO I REQUISITOS E EXIGIBILIDADE PARA CONCORRER AOS CARGOS ESTATUTÁRIOS**

**Art. 3º.** Para se candidatar ao cargo de conselheiro de administração ou conselheiro fiscal da *Cooperativa*, o interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. Atender às condições básicas para ser eleito e para poder exercer cargo de conselheiro de administração ou conselheiro fiscal, conforme segue:
  - a) ser associado da cooperativa há mais de um ano, contados até a data da candidatura;
  - b) não ter parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, com integrantes dos órgãos estatutários e/ou com os empregados;
  - c) não ser sócio e/ou exercer cargo de administrador em empresa que, por suas atividades, seja tida como concorrente do cooperativismo;
  - d) não ser empregado da cooperativa;
  - e) não ser associado pessoa física que preste serviços contínuos ou em caráter não eventual à cooperativa;
  - f) não ser cônjuge ou companheiro (a) de membros de órgãos estatutários e/ou de empregados;



- g) possuir reputação ilibada;
  - h) atender aos demais requisitos decorrentes de lei, do estatuto, do Plano de Sucessão somente para os cargos de conselheiro de administração e de demais normas oficiais;
  - i) ser residente no país; e
  - j) cadastro atualizado na *cooperativa*.
- II.** O(s) candidato(s) deverá(ão) estar em dia com suas obrigações e não possuir restrições cadastrais, principalmente quanto a:
- a) registros no CCF – Cadastro de Cheques sem Fundos;
  - b) registros negativados no SERASA, SPC e/ou demais órgãos de proteção ao crédito;
  - c) registros de atrasos ou prejuízos no Sistema de Informações de Crédito – SCR do Bacen;
  - d) responsabilidade por operação(ões) classificada(s) em nível de risco que restrinja a concessão de crédito;
  - e) ser avalista de operação(ões) de crédito em atraso na *Cooperativa*.
- III.** Ter disponibilidade de tempo para o cumprimento das incumbências estatutárias, regimentais e regulamentares.

**SEÇÃO I**  
**INELEGIBILIDADE PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO E**  
**CONSELHEIRO FISCAL**

**Art. 4º.** São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei:

- I.** os condenados a pena criminal que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- II.** os impedidos por lei especial, condenados por crime de ordem falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional;
- III.** os dirigentes de cooperativas de crédito que não tiveram as prestações de contas aprovadas pela Assembleia Geral;
- IV.** o candidato ou ocupante de cargo público eletivo;



- V. os associados que não estiverem cumprindo com as normas estatutárias da cooperativa e, em especial, os que possuem registros de inadimplência pendentes;
- VI. o candidato que responder, ou empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheque sem fundo, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- VII. o associado que controlou ou administrou, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
- VIII. o candidato declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluídas as entidades de previdência complementar, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- IX. o associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, conforme previsto neste artigo, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego, exceto para a Diretoria Executiva criada nos termos da Lei Complementar nº 130/2009.

## **SEÇÃO II**

### **CAPACITAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS PARA O CANDIDATO A CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHEIRO FISCAL**

**Art. 5º.** O candidato poderá concorrer ao mandato de membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal da Cooperativa, desde que atenda, pelo menos, três dos seguintes critérios de capacitação técnica, sendo o inciso I de observância obrigatória:

- I. formação técnica em cursos ministrados por entidades pertencentes ao Sicoob e/ou Sistema OCB, podendo ser realizados em até 360 dias após a posse;
- II. formação acadêmica de nível superior;
- III. formação técnica de nível médio;
- IV. experiência comprovada na gestão de cooperativas, preferencialmente nas do ramo crédito;
- V. experiência comprovada em gestão ou trabalhos em instituições financeiras;
- VI. possuir representatividade dentro da sua comunidade.



### **SEÇÃO III**

#### **ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 6º.** No processo eleitoral, o Conselho de Administração da Cooperativa terá as seguintes atribuições registradas:

- I.** dar conhecimento deste regulamento eleitoral aos interessados em se candidatar;
- II.** divulgar, entre os associados, os cargos eleitorais a serem preenchidos;
- III.** fixar datas para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Eleitoral, bem como a remuneração de seus membros;
- IV.** instituir normas complementares às regras básicas em casos omissos;
- V.** manter a guarda dos documentos oficiais relacionados a seguir:
  - a) edital de convocação da Assembleia;
  - b) cópia dos requerimentos de registro das chapas, das declarações emitidas pelos candidatos e das fichas de qualificação individual;
  - c) listagem geral dos associados em condição de votar;
  - d) lista de votação, a ser assinada pelos associados que efetivamente votarem na Assembleia Geral;
  - e) cópia das decisões proferidas pela Comissão Eleitoral e de eventuais recursos interpostos;
  - f) as cédulas de votação, caso a eleição não seja realizada por meio eletrônico.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA COMISSÃO ELEITORAL E SUAS ATRIBUIÇÕES**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 7º.** O Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da realização das assembleias gerais em que ocorrerão eleições ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, nomeará (modelo 1 do anexo) os componentes da Comissão Eleitoral, formada por 3 (três) associados ativos e em dia com as suas atribuições estatutárias e não concorrentes a nenhum cargo eletivo na ocasião.

##### **SEÇÃO II**

##### **DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 8º.** Em sua primeira reunião, a Comissão Eleitoral designará, entre os seus membros, um coordenador, encarregado de convocar e coordenar as reuniões da



comissão e o processo eleitoral e um secretário, encarregado de lavrar as atas das reuniões.

### **SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 9º.** São atribuições da Comissão Eleitoral:

- I. conscientizar os candidatos acerca das obrigações e das responsabilidades legais às quais estarão subordinados, podendo distribuir cópias do Estatuto Social, regulamentos do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal;
- II. receber os formulários de registro das chapas e as declarações dos candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- III. verificar se o(s) candidato(s) preenche(m) os requisitos legais, estatutários e regulamentares para ocupar os respectivos cargos;
- IV. registrar as candidaturas individuais para Conselho Fiscal e/ou as chapas para Conselho de Administração, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias das eleições;
- V. divulgar as candidaturas individuais e/ou chapas concorrentes, fixando-as em locais de fácil acesso aos associados, na sede da cooperativa e em todos os Postos de Atendimento;
- VI. receber e julgar impugnações e recursos;
- VII. cancelar o registro de candidaturas individuais ao Conselho Fiscal ou de membros de chapas do Conselho de Administração, neste último caso ordenando a sua substituição;
- VIII. coordenar o processo eleitoral;
- IX. indicar, na assembleia geral em que ocorrerem as eleições, entre os associados presentes e não concorrentes a cargos eletivos, no mínimo, 3 (três) mesários, para conduzir o processo de votação;
- X. realizar a entrega das cédulas de votação na Assembleia Geral em que ocorrer eleição, podendo requisitar funcionários da cooperativa para apoio durante o processo, ou explicar como será a votação em caso de ser eletrônica;
- XI. apurar e proclamar os resultados das eleições;
- XII. zelar pela organização do processo eleitoral.



### **CAPÍTULO III DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **SEÇÃO I REGISTRO DAS CHAPAS E PRAZOS**

##### **SUBSEÇÃO I CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 10.** As eleições para o Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente, por meio de edital em que for convocada a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

##### **SUBSEÇÃO II CONVOCAÇÃO DO INÍCIO DAS INSCRIÇÕES DAS CHAPAS**

**Art. 11.** O Presidente do Conselho de Administração, com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência da realização da Assembleia Geral, emitirá comunicado informando as datas para o início e término do recebimento dos pedidos de registro de candidaturas, de acordo com este regulamento.

##### **SUBSEÇÃO III DA INSCRIÇÃO DAS CHAPAS PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 12.** As chapas deverão ser protocoladas até às 17h, na Secretaria da sede da Cooperativa ou em qualquer Posto de Atendimento, no prazo de até 30 (trinta) dias que antecedem a data da Assembleia Geral em que ocorrerão as eleições. (modelo 2 do anexo).

##### **SUBSEÇÃO IV DAS CHAPAS PARA PREENCHIMENTO DOS CARGOS DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 13.** Para eleição dos membros integrantes do Conselho de Administração, observar-se-á o seguinte:

- I.** para o preenchimento dos cargos do Conselho de Administração as chapas deverão ser completas;
- II.** as chapas devem ser apresentadas individualmente e os membros só poderão estar inscritos em uma única chapa;
- III.** o número de registro das chapas obedecerá a mesma ordem da respectiva inscrição, sendo o mesmo atribuído à cédula de votação física ou meio eletrônico, conforme o caso;
- IV.** na eventualidade de não ocorrer o registro de nenhuma chapa, na forma prevista neste Regulamento, será convocada nova Assembleia Geral.



**SUBSEÇÃO V  
DA DOCUMENTAÇÃO DAS CHAPAS**

**Art. 14.** Os pedidos de registro das chapas serão instruídos com a seguinte documentação:

- I.** requerimento de registro da chapa e dos candidatos ao Conselho de Administração preenchido e assinado por todos os componentes; (modelo 2 do anexo)
- II.** formulário cadastral preenchido e assinado por todos os candidatos; (modelo 4 do anexo)
- III.** declaração assinada pelos candidatos; (modelo 5 do anexo)
- IV.** os pedidos de registro das chapas deverão ter, ainda, como anexos:
  - a) currículo Vitae resumido (modelo 6 do anexo);
  - b) certidões negativas de débitos (Serasa);
  - c) certidão negativa de protesto;
  - d) certidões negativas de distribuição de ações cíveis e criminais;
  - e) duas cópias da carteira de identidade (autenticadas);
  - f) duas cópias do CPF (autenticadas);
  - g) cópia de comprovante de residência;
  - h) comprovante de nada consta no CADIN;
  - i) cópia do título eleitoral;
  - j) cópia da Inscrição no INSS ou PIS/PASEP;
  - k) cópia atualizada da consulta ao Sistema de Informações de Crédito - SCR do Bacen;
  - l) cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício.

**SUBSEÇÃO VI  
ANÁLISE DAS CHAPAS E JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

**Art. 15.** Os procedimentos de análise das chapas e de julgamento de impugnações e de recursos obedecerão aos trâmites previstos nos arts. 16 a 19.



**Art. 16.** A Comissão Eleitoral, após o prazo de entrega da(s) chapa(s), devidamente instruídos, terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para analisar a conformidade da(s) chapa(s) baseados no Estatuto Social, neste regulamento e legislação vigente.

**Art. 17.** O prazo para impugnação/recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da(s) chapa(s).

**Parágrafo único.** Após o encerramento do prazo previsto no caput, a Comissão Eleitoral decidirá sobre impugnações/recursos em até 3 (três) dias úteis.

**Art. 18.** A Comissão Eleitoral, realizados os procedimentos previstos nos artigos 16 e 17, comunicará os resultados irrecorríveis aos interessados, que, se for o caso, deverão apresentar nova chapa, em até 3 (três) dias úteis, atendendo às exigências do processo eleitoral.

**Art. 19.** As chapas que não atenderem às exigências perderão o direito de concorrer.

## **SUBSEÇÃO VII DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 20.** As chapas consideradas aptas pela Comissão Eleitoral terão seu registro efetivado em ata circunstanciada.

**Parágrafo único.** A divulgação das chapas será feita por meios acessíveis ao público. (modelo 7 do anexo).

**Art. 21.** Ocorrendo renúncia formal ou morte de candidato, após o registro da chapa e antes das eleições, a Comissão Eleitoral autorizará a substituição e comunicará aos associados sobre a mudança.

## **CAPÍTULO IV DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

### **SEÇÃO I REGISTRO DOS CANDIDATOS E PRAZOS**

#### **SUBSEÇÃO I CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA CONSELHO FISCAL**

**Art. 22.** As eleições para o Conselho Fiscal serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de edital, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

#### **SUBSEÇÃO II CONVOCAÇÃO DO INÍCIO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS**

**Art. 23.** O Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da realização da Assembleia Geral emitirá comunicado



informando as datas para o início e término do recebimento dos pedidos de registro de candidaturas, de acordo com este regulamento.

### **SUBSEÇÃO III**

#### **DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL**

**Art. 24.** As candidaturas individuais deverão ser protocoladas até às 17h, na Secretaria da sede da Cooperativa ou em qualquer Posto de Atendimento, no prazo de até 30 (trinta) dias que antecedem a data da Assembleia Geral em que ocorrerão as eleições. (modelo 3 do anexo).

### **SUBSEÇÃO IV**

#### **DAS CANDIDATURAS PARA PREENCHIMENTO DOS CARGOS DE CONSELHEIRO FISCAL**

**Art. 25.** Para eleição dos membros integrantes do Conselho Fiscal observar-se-á o seguinte:

- I. a candidatura será individual;
- II. na eventualidade de não ocorrer o registro de no mínimo 6 (seis) candidatos, na forma prevista neste Regulamento, a Assembleia Geral fará as indicações até completar o número mínimo, antes de proceder à votação;
- III. os conselheiros fiscais com mandato vigente poderão se candidatar, contudo, se reeleitos, deverão ser observadas as regras de renovação mínima obrigatória previstas na legislação vigente.

### **SUBSEÇÃO V**

#### **DA DOCUMENTAÇÃO DOS CANDIDATOS**

**Art. 26.** Os pedidos de registro das candidaturas serão instruídos com a seguinte documentação:

- I. requerimento de registro de candidatura ao Conselho Fiscal preenchido e assinado pelo candidato. (modelo 3 do anexo);
- II. formulário cadastral preenchido e assinado pelo candidato. (modelo 4 do anexo);
- III. declaração assinada pelo candidato. (modelo 5 do anexo);
- IV. os pedidos de registro dos candidatos deverão ter, ainda, como anexos:
  - a) currículo vitae resumido (modelo 6 do anexo);
  - b) certidões negativas de débitos (Serasa);
  - c) certidão negativa de protesto;



- d) certidões negativas de distribuição de ações cíveis e criminais;
- e) duas cópias da carteira de identidade (autenticadas);
- f) duas cópias do CPF (autenticadas);
- g) cópia de comprovante de residência;
- h) Comprovante de nada consta no CADIN;
- i) Cópia do título eleitoral;
- j) Cópia da Inscrição no INSS ou PIS/PASEP;
- k) cópia atualizada da consulta ao Sistema de Informações de Crédito - SCR do Bacen;
- l) cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física do último exercício.

#### **SUBSEÇÃO VI**

### **ANÁLISE DAS CANDIDATURAS E JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÕES E RECURSOS.**

**Art. 27.** Os procedimentos de análise das candidaturas e o julgamento de impugnações e de recursos obedecerão aos trâmites previstos nos arts. 28 a 31.

**Art. 28.** A Comissão Eleitoral, após o prazo de entrega dos pedidos de candidatura, devidamente instruídos, terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para analisar a conformidade das candidaturas baseados no Estatuto Social, neste regulamento e legislação vigente.

**Art. 29.** O prazo para impugnação/recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da(s) candidatura(s).

**Parágrafo único.** Após o encerramento do prazo previsto no caput, a Comissão Eleitoral decidirá sobre impugnações/recurso em até 3 (três) dias úteis.

**Art. 30** A Comissão Eleitoral, realizados os procedimentos previstos nos artigos 28 e 29, comunicará os resultados irrecorríveis aos interessados, que se for o caso, deverão sanar o(s) impedimento(s), no prazo de até 3 (três) dias úteis, atendendo às exigências do processo eleitoral.

**Art. 31.** O candidato que não atender às exigências perderá o direito de concorrer.

#### **SUBSEÇÃO VII**

### **DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32.** Os candidatos considerados aptos pela Comissão Eleitoral terão seu registro efetivado em ata circunstanciada.



**Parágrafo único.** A divulgação das candidaturas será feita por meios acessíveis ao público. (modelo 7 do anexo).

**TÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO ELEITORAL**


**CAPÍTULO I**  
**A CÉDULA E/OU MEIO ELETRÔNICO E O LOCAL DE VOTAÇÃO**

**Art. 33.** Para eleição do Conselho de Administração, o voto poderá ser registrado da seguinte forma:

- a) cédula de votação impressa; ou
- b) meio eletrônico.

**§ 1º.** No caso de votação impressa, a cédula seguirá modelo abaixo:

**Frente:**

 <b>SICOOB</b>		<b>Cédula de Votação</b> <b>Conselho de Administração</b>
<b>Assinale uma opção abaixo:</b>	<i>Visto de Conferência da Mesa Apuradora:</i>	
Chapa 1		<i>Coordenador</i>
Chapa 2		
Chapa 3		
Chapa 4		<i>Secretário</i>
Chapa 5		
Chapa 6		<i>Mesário</i>
Chapa 7		

**Verso:**

<b>Identificação da Comissão Eleitoral</b>	
<i>Assinatura e carimbo do Diretor Administrativo</i>	<i>Visto do Coordenador da Comissão Eleitoral</i>
<i>Visto do Secretário da Comissão Eleitoral</i>	<i>Visto do membro da Comissão Eleitoral</i>



§ 2º. No caso de votação por meio eletrônico, será de acordo com a forma apresentada pelo Comissão Eleitoral.


**Art. 34.** Para eleição do Conselho Fiscal, o voto poderá ser registrado da seguinte forma:

- I. cédula de votação impressa; ou
- II. meio eletrônico.

§ 1º No caso de cédula de votação impressa, na frente estarão descritos os nomes dos candidatos em ordem alfabética, conforme modelo.

**Modelo:**

**Frente:**

 <b>SICOOB</b>		<b>Cédula de Votação Conselho Fiscal</b>
<b>Assinale três opções abaixo:</b>		<b>Visto de Conferência da Mesa Apuradora:</b>
1		<i>Coordenador</i>
2		
3		
4		<i>Secretário</i>
5		
6		<i>Mesário</i>
7		

**Verso:**

<b>Identificação da Comissão Eleitoral</b>	
<i>Assinatura e carimbo do Diretor Administrativo</i>	<i>Visto do Coordenador da Comissão Eleitoral</i>
<i>Visto do Secretário da Comissão Eleitoral</i>	<i>Visto do membro da Comissão Eleitoral</i>



**§ 2º.** No caso de votação por meio eletrônico, será de acordo com a forma apresentada pela Comissão Eleitoral

**Art. 35.** A cédula de votação impressa será confeccionada em papel branco, em tinta preta e que resguarde o sigilo do voto.

**Art. 36.** A cédula de votação impressa, quando utilizada, deverá conter a rubrica dos membros da Comissão Eleitoral e do Diretor Administrativo, para garantir sua lisura.

**Art. 37.** A(s) urna(s) de votação deverá(ão) ser inviolável(is).

## **CAPÍTULO II**

### **DOS MEMBROS DA MESA RECEPTORA DE VOTOS**

**Art. 38.** A Comissão Eleitoral indicará uma mesa receptora de votos, formada por no mínimo 3 (três) associados em dia com as suas obrigações sociais, que não estejam concorrendo a cargo eletivo na ocasião e que não tenham parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral com os candidatos.

**Art. 39.** A Comissão Eleitoral e/ou responsáveis pela recepção dos votos poderão requisitar funcionários da Cooperativa para apoio no processo.

**Art. 40.** Dentre os membros da mesa receptora serão escolhidos um coordenador, um secretário e um mesário.

**Art. 41.** Cada chapa concorrendo ao Conselho de Administração, bem como cada candidato ao Conselho Fiscal, poderá indicar um fiscal para acompanhar o processo eleitoral durante a assembleia.

**Art. 42.** Os membros da mesa receptora de votos, a que se refere o art. 38, deverão estar presentes no ato da abertura, votação e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.

**Art. 43.** Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa receptora/apuradora dos votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.

**Art. 44.** A mesa receptora anunciará o encerramento da votação e preencherá o documento de conclusão dos trabalhos, que será assinado pelos mesários e fiscais. (Modelo 8, anexo)

## **CAPÍTULO III**

### **DOS MEMBROS DA MESA APURADORA DOS VOTOS**

**Art. 45.** A seção eleitoral de apuração dos votos será instalada imediatamente após o encerramento da votação.



**Art. 46.** No caso de utilização de cédulas de votação impressa, incumbirá à mesa apuradora verificar sua regularidade, anulando as cédulas que estiverem em desacordo com as regras previstas neste Regulamento Eleitoral.

**Art. 47.** A Comissão Eleitoral poderá, a seu critério, proceder à apuração dos votos ou transformar a mesa receptora em mesa apuradora.

**Art. 48.** Finda a apuração, os componentes da mesa apuradora farão lavrar documento de conclusão dos trabalhos que será assinado pelos seus membros. (Modelo 9, anexo).

**Art. 49.** A fim de assegurar eventual recontagem de votos:

- I. na utilização de cédulas de votação impressa, permanecerão sob a guarda dos componentes da mesa apuradora, até a proclamação final do resultado da eleição;
- II. na utilização de meio eletrônico, serão adotados os procedimentos adequados e disponíveis, conforme o sistema de votação.

#### **CAPÍTULO IV ELEIÇÃO POR ACLAMAÇÃO**

**Art. 50.** Havendo sido inscrita apenas uma chapa para Conselho de Administração, desde que a assembleia assim o delibere, a eleição poderá se dar por aclamação.

#### **CAPÍTULO V CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**Art. 51.** Havendo empate na votação, será resolvido da seguinte forma:

- I. para os membros do Conselho Fiscal, será em favor do associado inscrito há mais tempo na Cooperativa;
- II. para o Conselho de Administração, em favor da chapa cujo somatório do tempo de associação dos componentes for maior.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 52.** Deverá ser observado, ainda, sobre o processo eleitoral:

- I. é vedada a candidatura e o voto de menores de 18 (dezoito) anos de idade;
- II. será considerado(a) vencedor(a) a chapa ou o candidato que alcançar a maioria dos votos válidos;



- III. só podem ser eleitos para cargos estatutários pessoas físicas associadas da própria instituição, não sendo admitida, portanto, a eleição do representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados;
- IV. os prazos previstos neste Regulamento serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

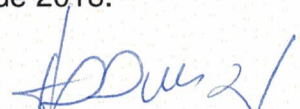
**Art. 53.** O presente Regulamento Eleitoral só poderá ser modificado pela Assembleia Geral convocada na forma do Estatuto Social.

**Art. 54.** Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral realizada em 11 de março de 1996 e atualizado nas Assembleias Geral de 16 de março de 2013 e 10 de novembro de 2018, conforme preceitua o art. 101 do Estatuto Social.


Brasília/DF, 10 de novembro de 2018.



**Antonio Mazurek**  
Presidente



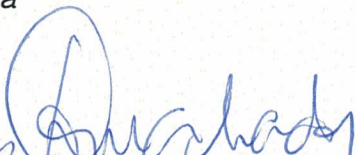
**Fernando Rogério Diniz**  
Diretor Executivo



**Roberto Mesquita Melo**  
Secretário da Assembleia



**Carlos Alberto de Oliveira Quaresma**  
Associado



**Luciano Pedro Guerra Machado**  
Associado



**José Roberto Neves**  
Associado



**Cileane Arruda**  
OAB/DF nº 32.501



**ANEXO I**  
**NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ELEITORAL**

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito \_\_\_\_\_ - Sicoob \_\_\_\_\_, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social e o Regulamento Eleitoral, nomeia (nome dos membros da comissão eleitoral), todos associados, para compor a Comissão Eleitoral desta Cooperativa.

A Comissão nomeada tem por atribuições presidir e conduzir o processo eleitoral na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 00:00 horas de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, no (endereço completo do local da AGO).

Presidente do Conselho de Administração

Local e data.



**ANEXO II**  
**REQUERIMENTO DO REGISTRO DA CHAPA E DOS CANDIDATOS**  
**AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

\_\_\_\_\_ (nome da Cooperativa)

A/C Comissão Eleitoral

Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa, composta pelos seguintes membros:

1. Presidente - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
2. Vice-presidente - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
3. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
4. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
5. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
6. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
7. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
8. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_;
9. Conselheiro de Administração - (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



**ANEXO III**  
**REQUERIMENTO DO REGISTRO DE CANDIDATO AO CONSELHO FISCAL**

\_\_\_\_\_ (*nome da Cooperativa*)

A/C Comissão Eleitoral

Venho, pela presente, requerer o registro de minha candidatura a membro do Conselho Fiscal desta Cooperativa:

Conselheiro Fiscal – (**nome do candidato**) - Matrícula \_\_\_\_\_ (*assinatura*) \_\_\_\_\_;

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_ (UF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.





**ANEXO IV**  
**FORMULÁRIO CADASTRAL PARA ELEIÇÃO****Identificação da Cooperativa**

Denominação:
Órgão estatutário e cargo:

**Identificação do candidato**

Nome Completo			
Filiação			
Nacionalidade	Local de Nascimento		Data de Nascimento
Profissão	Escolaridade		Sexo: ( ) F ( ) M
Estado civil e regime de casamento		Nome do cônjuge ou companheiro (a)	
Carteira de Identidade (nº/data de emissão/órgão/UF)			CPF
E-mail particular		E-mail comercial	
Endereço residencial			Bairro ou distrito
CEP:	Município:	UF:	DDD/Telefone:
É pessoa politicamente exposta (PPE)? ( ) sim ( ) não Se sim, qual o tipo de relacionamento (titular, representante, familiar ou relacionamento próximo)?			
<i>Conforme estabelecido pela Resolução COAF nº 16/2007 e pela Circular BACEN nº 3.461/2009: Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.</i>			

**Declarações**

Autorizo o Sicoob 4155 a pesquisar a meu respeito nos sistemas públicos e privados de cadastros e informações, declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e responsabilizo-me pela sua veracidade.

**Partes Relacionadas**

Possui filhos? ( ) sim ( ) não	Quantos?
Sócio de alguma empresa? ( ) sim ( ) não	Quantas?
<i>Conforme pronunciamento Técnico CPC 05, são consideradas Partes Relacionadas do pessoal-chave da administração: membros próximos da família da pessoa, que possam influenciar ou ser influenciados em seus negócios com a entidade, e empresas em que exerçam influência significativa. São considerados membros próximos da família: cônjuge ou companheiro (a), filhos e dependentes da pessoa, do cônjuge ou companheiro (a).</i>	



**Identificação das partes relacionadas**

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

Nome Completo / Razão Social:	CPF/CNPJ:
	Relacionamento: ( ) Cônjuge ( ) Filho (a) ( ) Empresa
	Associado da Cooperativa? ( ) sim ( ) não

**Local e data****Assinatura**



**ANEXO V  
DECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS**

O abaixo subscrito, candidato ao cargo de \_\_\_\_\_ (**conselheiro de administração/conselheiro fiscal**) na \_\_\_\_\_ (**denominação completa da Cooperativa**) declara:

1. ser associado pessoa física da cooperativa há mais de um ano, contados até a data da candidatura, exceto para os diretores executivos;
2. ter reputação ilibada;
3. ser residente no País;
4. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou foi condenado a pena criminal que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos;
5. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas à autorização, ao controle e à fiscalização de órgãos e de entidades da administração pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência complementar, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
6. não responder, em qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, a cobranças judiciais, a emissão de cheques sem fundos, a inadimplimento de obrigações e a outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
7. não estar declarado falido ou insolvente;
8. não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;
9. ter disponibilidade de tempo para o cumprimento das incumbências estatutárias e normativas;
10. não ser cônjuge, companheiro ou parente dos diretores, empregados da cooperativa ou demais candidatos e membros do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, consanguíneo ou afim, entre si até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral;
11. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo para o qual foi eleito, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes;



12. preencher, no mínimo, três do(s) seguinte(s) critério(s) de capacitação:

- a. ☐ formação técnica em cursos ministrados por entidades pertencentes ao Sicoob e/ou Sistema OCB, podendo ser realizados em até 360 dias após a posse;
- b. ☐ formação acadêmica de nível superior;
- c. ☐ formação técnica de nível médio;
- d. ☐ experiência comprovada na gestão de cooperativas, preferencialmente nas do ramo crédito;
- e. ☐ experiência comprovada em gestão ou trabalhos em instituições financeiras;
- f. ☐ possuir representatividade dentro da sua comunidade.

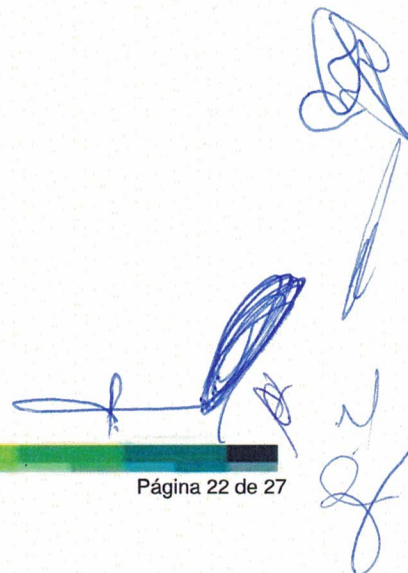
13. compromete-se a participar de eventuais cursos/treinamentos que sejam ministrados pelo Sicoob, pela Central DF e/ou Sistema OCB/Sescoop/DF;

14. atende todos os requisitos legais, estatutários e regulamentares para concorrer ao cargo eletivo ao qual é candidato;

15. assume integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas, ficando, desde já, a Cooperativa autorizada, dentro dos limites legais, a fazer uso das informações.

\_\_\_\_\_ (UF) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**(colocar o nome, CPF e assinatura do candidato)**





**ANEXO VI**  
**MODELO DE CURRICULUM VITAE (Circular 3.201/03, art. 9º, alínea IX)**

**CURRICULUM VITAE**

**1. DADOS CADASTRAIS**

- 1.1. Nome:
- 1.2. Data de Nascimento:
- 1.3. Estado Civil:
- 1.4. Profissão:
- 1.5. Endereço completo:
- 1.6. Endereço de e-mail:
- 1.7. Telefones de Contato:

**2. COOPERATIVA**

- 2.1. Cargo para o qual está concorrendo / eleito ou nomeado:

**3. EDUCAÇÃO**

- 3.1. Escolaridade:
- 3.2. Curso:
- 3.3. Especializações (Especificar: curso, instituição, carga horária):

**4. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS**

- 4.1. EMPRESAS: Listar (de maneira bem sucinta) as instituições que forneceram experiências relacionadas com a área de atividade para o qual a pessoa foi eleita (especificar: Cargo, Função);
- 4.2. ATIVIDADES RELACIONADAS: Relacionar as atividades desenvolvidas (de maneira bem sucinta), nos cargos listados anteriormente que servirão de experiências capazes de ajudar no desenvolvimento das atividades do cargo, para o qual foi eleito na Cooperativa.

**5. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

- 5.1. Listar outros dados relevantes ao desempenho das atividades na Cooperativa: (cursos, seminários, etc)

**Local e Data**

**Nome**  
**Assinatura do Candidato ou Eleito**



**ANEXO VII****COMUNICADO DE CHAPAS REGISTRADAS E CANDIDATURAS INDIVIDUAIS**

A Comissão Eleitoral da Cooperativa de Crédito \_\_\_\_\_ - Sicoob \_\_\_\_\_ comunica que, atendendo ao Regulamento Eleitoral, em face das eleições a serem realizadas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia \_\_/\_\_/\_\_\_\_, foram registradas as seguintes chapas:

**Conselho de Administração:**

Presidente - \_\_\_\_\_

Vice-Presidente - \_\_\_\_\_

(relacionar nomes dos demais candidatos a conselheiros de administração)

**Conselho Fiscal**

(relacionar nomes)

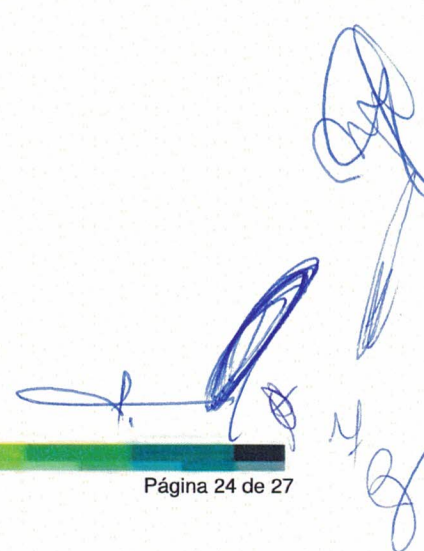
Obs: No caso de haver mais de uma chapa registrada, divulgá-las pela ordem de numeração correspondente, em ordem crescente.

Coordenador

Secretário

Membro

Local e data.





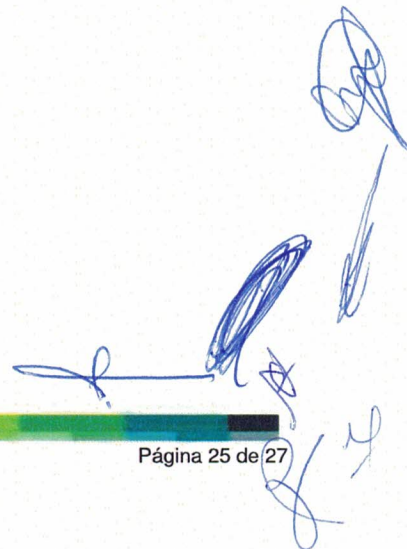
**ANEXO VIII****REGISTRO DOS TRABALHOS DA MESA COLETORA**

A mesa coletora instalada na Assembleia Geral \_\_\_\_\_ (ordinária ou extraordinária) da Cooperativa de Crédito \_\_\_\_\_ - Sicoob \_\_\_\_\_, realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data) encerrou os trabalhos às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas, quando verificou-se os votos de \_\_\_\_ (número por extenso) associados aptos.

Coordenador

Secretário

Mesário





**ANEXO IX****REGISTRO DOS TRABALHOS DA MESA APURADORA**

A mesa apuradora de votos instalada da Assembleia Geral \_\_\_\_\_ (ordinária ou extraordinária) da Cooperativa de Crédito \_\_\_\_\_ - Sicoob \_\_\_\_\_, realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data) concluiu a contagem dos votos às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas, apurando-se o seguinte:

**1. Resultado total por urna apurada:**

a) Conselho de Administração:

Urna 1:

Nº de associados votantes: \_\_\_\_\_

Votos atribuídos a cada chapa: Chapa 1: \_\_\_\_\_; Chapa 2: \_\_\_\_\_ (...)

Votos em branco: \_\_\_\_\_

Votos nulos: \_\_\_\_\_

Urna 2:

Nº de associados votantes: \_\_\_\_\_

Votos atribuídos a cada chapa: Chapa 1: \_\_\_\_\_; Chapa 2: \_\_\_\_\_ (...)

Votos em branco: \_\_\_\_\_

Votos nulos: \_\_\_\_\_

Urna X: (...)

b) Conselho Fiscal:

Urna 1:

Nº de associados votantes: \_\_\_\_\_

Votos atribuídos a cada candidato: Candidato 1: \_\_\_\_\_; Candidato 2: \_\_\_\_\_ (...)

Votos em branco: \_\_\_\_\_

Votos nulos: \_\_\_\_\_

Urna 2:

Nº de associados votantes: \_\_\_\_\_

Votos atribuídos a cada candidato: Candidato 1: \_\_\_\_\_; Candidato 2: \_\_\_\_\_ (...)

Votos em branco: \_\_\_\_\_

Votos nulos: \_\_\_\_\_

Urna X: (...)

**2. Número total de eleitores votantes:**

Votaram nesta Assembleia. \_\_\_\_\_ (número por extenso) associados.



**3. Resultado geral da apuração:**

Na apuração geral, cada chapa e candidato recebeu o seguinte número de votos:

(relacionar chapas do Conselho de Administração e candidatos do Conselho Fiscal, com o total de votos de cada um)

**4. Proclamação dos eleitos:**

Para o Conselho de Administração, foi eleita a seguinte chapa:

\_\_\_\_\_ (informar o número da chapa e os integrantes, especificando o Presidente e o Vice Presidente eleitos)

Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes candidatos:

\_\_\_\_\_ (conselheiro fiscal efetivo)  
\_\_\_\_\_ (conselheiro fiscal efetivo)  
\_\_\_\_\_ (conselheiro fiscal efetivo)  
\_\_\_\_\_ (conselheiro fiscal suplente)  
\_\_\_\_\_ (conselheiro fiscal suplente)  
\_\_\_\_\_ (conselheiro fiscal suplente)

Os Conselheiros de Administração e os Conselheiros Fiscais eleitos deverão ter seus nomes homologados pelo Banco Central do Brasil.

Coordenador

Secretário

Mesário